

# PROF

11.º Congresso  
dos Professores  
da Madeira  
21 e 22 de novembro  
Educação: um  
direito humano



Sindicato dos Professores  
MADEIRA

ORADORES DE GRANDE PRESTÍGIO  
PRESENTES NESTA  
REUNIÃO MAGNA

Págs. 4 A 9

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

Diretora: Sofia Canha

## Sofia Canha faz o alerta vermelho à sociedade

Pág. 12



EDITORIAL

# Intervenção de abertura da Coordenadora da Direção do SPM



## Ispis verbis

“É universalmente aceite que a educação impele ao desenvolvimento e sustenta-o. Mais! A educação dá-nos liberdade”.



## SUMÁRIO

Intervenção de Abertura da Coordenadora do SPM ..... **pág.2**

Intervenções do Secretário Geral da CGTP, do Presidente da Câmara Municipal do Funchal e do Secretário Regional da Educação ..... **pág.3**

Conferência de Abertura, pela Professora Doutora Isabel Baptista e intervenção do Presidente do Conselho Nacional da FENPROF ..... **pág.4**

Relatório de Atividades e Moção de Orientação ..... **pág.5**

Declaração de Salamanca ..... **pág.6**

O Currículo em questão ..... **págs.7 e 8**

Workshop temático para aposentados ..... **pág.9**

Conferência de Encerramento ..... **pág.10**

Sessão Solene de Encerramento ..... **págs.11 e 12**

Apresentação do livro de Mário Nogueira ..... **pág.13**

Saudação dos Representantes dos sindicatos da FENPROF ..... **pág.14**

Intervenções dos Delegados ao Congresso ..... **pág.15**

Patrocinadores ..... **pág.16**

Os professores reuniram-se, mais uma vez, em Assembleia Magna dos Educadores e Professores da Região Autónoma da Madeira. Desde a sua fundação, o Sindicato dos Professores da Madeira, tem trazido sempre à reflexão os temas que num determinado momento mais pertinência têm para a classe docente. Mas, não querendo fechar-se no reduto da classe, envolve-se e lança a discussão em torno de questões educativas no sentido mais amplo e numa perspectiva do bem comum.

Numa conjuntura de fragilidade da Escola Pública, um bem público e universal de acesso à educação por parte de todos os cidadãos, pilar fundamental do Estado Social, o SPM sentiu-se naturalmente interpelado a intervir e ser autor no debate sobre o serviço público de educação, um direito humano básico e “potenciador do acesso a outros direitos” (cito Isabel Batista, a preleitora da conferência de abertura). Daí resultou o lema deste congresso: “Educação: um direito humano”, o conceito orientador da proposta de Moção de Orientação que apresentaremos a este Congresso e que direcionará a nossa ação sindical no próximo triénio. Esta moção contempla duas vertentes: uma de natureza política e outra de carácter socioprofissional, onde cabem todas as questões docentes e educativas, sejam elas relativas ao setor público ou privado.

O que nos move é o valor inestimável da Educação como instrumento emancipador do ser humano. Atualmente, não se concebe uma sociedade moderna e desenvolvida de costas voltadas para a educação. É

universalmente aceite que a educação impele ao desenvolvimento e sustenta-o. Mais! A educação dá-nos liberdade. Sem educação, somos, nas palavras de Carlos Fiolhais, “uma mera peça genética”.

Mas, o que está hoje a ser construído pelo poder político que nos governa traduz a aplicação dos princípios neoliberais em que a concorrência, a avaliação, a regulação e a competitividade são sacralizadas, em que o “mercado” e a iniciativa privada (agora batizada de empreendedorismo) são mobilizados para que conceitos como “rede nacional” ou mesmo “serviço público” se sobreponham ao de “rede pública de estabelecimentos de Educação e ensino”, constitucionalmente consagrado.

O reconhecimento de que se verificou nos últimos dez anos uma melhoria da qualidade e da quantidade das formações e qualificações, bem como dos índices de escolarização e sucesso escolar em Portugal, não nos sossega. Aliás, a redução drástica das transferências do Estado para o setor da Educação nos últimos anos (vide Orçamentos de Estado 2012, 2013, 2014) e os cortes previstos para 2015 (proposta de Orçamento de Estado 2015), que ultrapassam os 700 milhões de euros, são mais do que suficientes para nos inquietarmos e indignarmos. As repercussões deste desinvestimento serão catastróficas e afiguram-se como um grande retrocesso, relativamente ao caminho que o país vinha a trilhar desde a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Estas medidas configuram, sem dúvida, uma forte natureza economicista, e um claro cunho ideológico:

a Educação não é obrigação do Estado.

Em paralelo ao desinvestimento na educação, verifica-se uma degradação das próprias condições de ensino-aprendizagem nas escolas, onde não se garante o pleno exercício do direito de aprender, pois não há respostas institucionais eficazes para debelar os fatores que contribuem para tal. Ao se promover, e bem, a educação para todos, não se garantiu dois dos direitos fundamentais da instituição escola: o direito de os alunos aprenderem e o direito dos professores exercerem, em condições regulares e desejáveis, a sua profissão. A deterioração das condições de trabalho e perda de direitos verificadas no setor público, agudizaram-se no setor privado, com a denúncia de Contrato Coletivo de Trabalho e com o acordo estabelecido com uma das associações sindicais.

Infelizmente, a Região Autónoma da Madeira não ficou incólume às restrições que se vêm verificando no território nacional. Uma dívida oculta pelo governo regional e que, com a presença da Troika, desencadeou a obrigatoriedade de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro para a RAM (PAEF), a que a comunidade educativa da Região é completamente alheia, fez com que o sistema educativo e a VIDA dos educadores, dos professores, das escolas, dos alunos, dos funcionários e dos encarregados de educação, retrocedessem ao nível de, pelo menos, há duas décadas. O desafio que se coloca, agora, é tentar encontrar o equilíbrio entre a qualidade que se impõe a um serviço de educação regional, que ainda não foi capaz de debelar os atrasos e insuficiências

formativas da sua população, e as prioridades no investimento, sem perder de vista um Estatuto Político e Administrativo que nos rege e que está longe de estar esgotado, mas que corre o sério risco de mais não ser que uma LEI que não tem condições para ser cumprida.

E nós, professores? Que papéis desempenhamos nesta conjuntura e neste contexto tão desafiante, sem cairmos no desânimo? Como agir entre as conceções teóricas e políticas de Educação e os resultados práticos dos nossos atos educativos e pedagógicos? Como agir entre os princípios de Estado para a Educação e os valores vivenciados pelas crianças e jovens?

Cabe-nos, também, o difícil papel de discernir e de agir em função dos nossos próprios valores e do nível de compromisso ético com a nossa profissão. Podemos ser meros transmissores ou intermediários ou, pelo contrário, verdadeiros agentes educativos que tentam chegar ao equilíbrio entre a utopia, no sentido da influência transformadora da Educação, e a realidade escolar e social.

Cabe-nos, muitas vezes, ser um contraponto aos valores e experiências do quotidiano dos alunos. Não raras vezes os processos educativos colidem com barreiras interpostas pelas diferenças culturais, sociais e morais. Não nos esqueçamos que, para muitos alunos, a escola é o único recurso educativo e por isso a Escola Pública é tão essencial.

O ato educativo, inerente a toda a ação do professor, é gerador de inquietude mas é também, em si próprio, uma resposta à insatisfação e à vontade de se implicar na transformação do indivíduo.



### TRIMENSÁRIO DE INFORMAÇÃO SINDICAL

PROPRIEDADE, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA - SPM  
CALÇADA DA CABOUQUEIRA, N.º 22 - 9000-171 FUNCHAL  
WEBSITE: WWW.SPM-RAM.ORG  
WWW.FACEBOOK.COM/SPMMADEIRA  
EMAIL: SPM@SPM-RAM.ORG  
SKYPE: SPMMADEIRA  
MESSAGE: SPM@SPM-RAM.ORG  
TELEPHONE: 291 206 360  
FAX: 291 206 369

DIRETORA: SOFIA CANHA

CONSELHO DE COORDENAÇÃO:

COMISSÃO EXECUTIVA DO SPM

COORDENADOR-EDITOR: CRISTINA GONÇALVES

FOTOGRAFIAS: JACKELINE VIEIRA

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO:

ROSÁRIO MARTINS, SOFIA CANHA, JACKELINE VIEIRA,  
CRISTINA GONÇALVES, ADELAIDE RIBEIRO, LUCINDA

RIBEIRO, RITA PESTANA, MANUEL MENEZES

PERIODICIDADE:

TRIMESTRAL

IMPRESSÃO:

IMPRINEWS

TIRAGEM:

3.000 EXEMPLARES

## O Secretário Geral da CGTP insurge-se “contra as políticas ofensivas do Governo da República”

O Secretário Geral da CGTP foi um dos convidados da sessão de abertura, tendo anunciado que este Congresso ocorre em simultâneo com a primeira marcha de protesto nacional contra as políticas ofensivas do Governo da República. Arménio Carlos salientou que “a tentativa de desmantelamento da escola pública significa um atentado às conquistas da Democracia com a sua

expressão máxima na intervenção da Troika, agravada na Região Autónoma da Madeira.” Arménio Carlos deixou bem claro que “a política de direita não é uma inevitabilidade mas uma opção clara de ataque à escola pública para manter os privilégios de uma minoria sendo, por isso, urgente, uma política de esquerda”, para que efetivamente a escola seja do acesso de todos.



## Paulo Cafôfo apela à tutela da educação na RAM “para exercer a autonomia e não andar a reboque das políticas nacionais”

Paulo Cafôfo, na assumida dupla condição de professor e de presidente da CMF, defendeu “um novo paradigma de educação”, sublinhando que o professor deve assumir, sem receio, a sua missão de intelectual. Um aspeto que é claramente secundarizado nas escolas que afogam os docentes em tarefas burocráticas para os impedir de pensar e intervir. Firmando a sua total confiança na classe docente, Cafôfo fez um apelo à tutela da educação na Madeira no sentido de “a SRE não ser uma mera gestora do condomínio”, no sentido de procurar ser “arrojada e

exercer efetivamente a autonomia e não andar a reboque das políticas nacionais”. O presidente da CMF, e ex-sindicalista, lamentou ainda que a política do Governo Regional na Madeira seja uma “navegação à vista” com repercussão no sistema educativo. Paulo Cafôfo apelou aos professores para que tenham confiança e a certeza de que o problema não é os professores, mas as políticas assumidas contra os professores, exemplificando com a política de Nuno Crato “não para implodir o Ministério da Educação, mas a própria educação em Portugal.”



## Jaime Freitas elogiou o papel do SPM nas negociações sindicais, o seu empenho e ética

O Secretário Regional da Educação e Recursos Humanos replicou a Paulo Cafôfo deixando claro que o GR tem uma estratégia própria para a educação regional e as políticas tomadas têm sido prova disso mesmo.

Jaime Freitas elogiou o papel do SPM nas negociações sindicais, o seu empenho e ética, apesar de nem sempre

estarem de acordo com os assuntos em discussão. Por outro lado, reiterou a confiança do GR nos professores, sendo disso prova, a decisão da Região de anular a prova de acesso à Carreira, em vigor a nível nacional, e a recente vinculação, ao Quadro Regional de Docentes da RAM, de 715 professores, entre outras políticas de apoio.



CONFERÊNCIA DE ABERTURA

# Isabel Baptista defende que a comunidade saiba estimar as suas escolas

**A Docente Universitária afirma que o “século XXI tem de ser o século da implementação efetiva dos direitos humanos”, para a qual são precisos os professores**

No primeiro dia de trabalhos, a palestra de abertura esteve a cargo da Professora Doutora Isabel Baptista, um rosto bem conhecido da classe docente, que sublinhou na sua intervenção a importância de a comunidade saber apreciar ou estimar as suas escolas. Segundo esta Professora Universitária, “a defesa da escola pública implica simultaneamente que ela seja estimada e efetivamente respeitada na sua autonomia pedagógica, seguindo um modelo de escola inclusiva, onde todos possam encontrar uma saída.”

Na apresentação desta oradora, a diretora do Centro de Formação do SPM, Adelaide Ribeiro, frisou que o lema do Congresso “Educação: um direito humano” foi inspirado na Professora Isabel Baptista, formadora deste Sindicato desde 2000 e com inúmeras publicações sobre a ética e profissionalidade docente.

Esta Professora Associada da Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade Católica Portuguesa, doutorada em Filosofia, sublinhou a “cultura singular da casa que é o SPM”, com uma preocupação notória de saber acolher os convidados e a própria classe. A conjuntura atual crítica que o país atravessa é para Isabel Baptista uma oportunidade para trazer à superfície “o essencial”, ou seja, “a educação como um direito humano.” Por outro lado, as épocas de crise não são momentos para deixar passar os discursos fatalistas da linha oficial, mas o momento propício para “resgatar a esperança”.

Isabel Baptista partiu da



aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos para recordar à classe docente que, numa época difícil como foi o rescaldo das atrocidades do nazismo, dezenas de povos conseguiram mobilizar-se numa mesa única em torno do ideal humano e dos seus direitos, aprovando a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por outro lado, esta investigadora e diretora de conceituadas revistas ligadas à educação, lembrou “a importância da educação como potenciadora de outros direitos, levando-nos a sermos artistas da nossa própria vida”. Citando Delors, reafirmou que é necessário colocar a “educação no coração da vida social com a determinação de quem põe um peixe na água.”

Além de frisar que as escolas deverão continuar a ser “a pedra angular” da sociedade, prestou ainda homenagem ao SPM por conseguir conciliar dois aspetos normalmente difíceis: “articular matérias de agenda sindical reivindicativa com as preocupações de longo

prazo, que são as questões da formação.”

A terminar a sua intervenção, a Professora Isabel Baptista afirmou que “o século XX foi o século da aceitação dos direi-

tos humanos. O século XXI tem de ser o século da implementação efetiva dos direitos humanos e, se assim é, precisamos de professores”.

Por fim, Isabel Baptista dei-

xou um apelo aos professores no sentido de cada um deles ter a capacidade de se reinventar, estar vigilante e participar ativamente nos acontecimentos da sua comunidade.

## O alerta da FENPROF

O presidente do Conselho Nacional da FENPROF, João Cunha e Serra, fez uma breve intervenção, salientando que “a educação já não é um ascensor social mas um discensor social, fruto dos sucessivos cortes no setor”. Por outro lado, a promoção da igualdade de oportunidades que a educação promove está em queda, já que a OCDE alerta para as desigualdades resultantes do ataque dos governos à escola pública.



# Relatório de atividades



A apresentação do relatório de atividades do SPM esteve a cargo da dirigente sindical Cristina Gonçalves que colocou o foco da sua análise na conjuntura problemática a que se tem assistido no último triénio, facto que tem mobilizado todas as estruturas do SPM. A cada medida atentatória, o Sindicato tem respondido com amparo aos associados: “A estas

medidas gravosas, os educadores e professores da RAM deram a resposta firme que se lhes exigia, protestando e reivindicando. A sua ação e luta permitiram a conquista de várias medidas preconizadas e defendidas na Moção de Orientação aprovada no congresso anterior. Destacam-se a vinculação extraordinária, o reforço do número de concursos para recrutamento e mobilidade docente, a avaliação

do desempenho apenas no final do módulo do tempo de serviço de cada escalão, a alteração do estatuto do aluno da RAM, com o reforço da responsabilização dos estudantes e famílias, docentes contratados abonados pelo índice salarial correspondente ao primeiro escalão da carreira docente, o desbloqueio do acesso ao 6.º escalão da carreira, com a eliminação da prova de acesso, o regresso a uma es-

trutura da carreira sem distinção entre professores e professores titulares, o pagamento de retroativos pelo reposicionamento na carreira, decorrente da avaliação extraordinária, entre outras.”

Apesar das muitas contrariedades, Cristina Gonçalves destacou com gosto o momento histórico da inauguração da atual sede do SPM, um sonho de várias gerações que se concreti-

zou, para gáudio dos sócios.

Fruto da conjuntura adversa, o SPM desdobrou-se em cerca de oito dezenas de plenários concelhios, mais de uma dezena de assembleias gerais, entre outras reuniões. É importante referir o trabalho exaustivo que o departamento jurídico do SPM tem desenvolvido na assistência aos associados, alvo de processos duvidosos nas respetivas escolas.

## Moção de Orientação

A apresentação da Moção de Orientação para o triénio 2014-2017, pela voz de Adelaide Ribeiro, foi um dos pontos altos deste primeiro dia de Congresso. Partindo do seu lema, a também diretora do Centro de Formação do SPM justificou a sua pertinência pelo facto de a educação como um direito de todos ser também “um direito em risco”. Para justificar este alerta, Adelaide Ribeiro apresentou dados concretos, nomeadamente o subfinanciamento do setor nos últimos três Orçamentos de Estado, com um previsível agravamento em 2015, no anunciado corte de mais de 700 milhões de euros na educação, o que não poderá sossegar a classe docente.

Tudo isto se traduz numa revisão curricular simplista e redutora, com cortes sucessivos nos salários dos professores e nos direitos

adquiridos, porque prevalece a lógica economicista das doutrinas neoliberais do governo.

Contrariando esta opção, Adelaide Ribeiro frisou que a educação deve ser encarada como um instrumento fundamental da formação integral de todos os cidadãos, “como o locus privilegiado da democracia, devendo o professor assumir-se como um político ao serviço da educação e da sua classe.”

Neste XI Congresso, o SPM reitera “a defesa da escola pública, como a única que permite o acesso de todos à educação, uma escola inclusiva, gratuita e de qualidade que rejeita lógicas de privatização do sistema”.

Referindo-se à avaliação do desempenho docente, a dirigente sindical Adelaide Ribeiro salientou que este modelo não serve porque o SPM pugna por um modelo credível e transparente, com a avaliação de práticas

colaborativas, direcionado para uma avaliação formativa, que se afaste da lógica burocrática e economicista.

O currículo é outro eixo temático da Moção. A este respeito, Adelaide Ribeiro denuncia “a construção do currículo assente em princípios que não favorecem a inclusão e a diferenciação pedagógica, com uma regulação tecnológica cada vez mais radicalizada através de metas curriculares inatingíveis para a grande maioria dos alunos (tal como alguns estudos têm vindo a comprovar), com a sobrevalorização de provas e exames nacionais introduzidos cada vez mais precocemente, com o encaminhamento (precoce e perverso) dos alunos marcados pelo insucesso escolar para vias curriculares distintas e diferenciadas, pondo em causa a educação, enquanto direito humano fundamental para uma efetiva igualdade de cidadania.”



# DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: 20 ANOS DEPOIS

**O XI Congresso do SPM terminou a tarde de hoje com um painel temático subordinado a um tema de fundo: “A Declaração de Salamanca: 20 anos depois. Comemorar ou reafirmar”. Um assunto que colocou no centro do debate a inclusão, através dos contributos de dois conferencistas com ampla experiência neste domínio, os professores José Morgado e Maria José Camacho.**

O professor José Morgado, doutorado em Estudos da Criança com especialidade de Educação Especial, evidenciou no Congresso a sua inquietação face a uma realidade preocupante: “Assistimos ao declínio da educação em favor da soberania da aprendizagem, o que acarreta problemas acrescidos para as crianças com dificuldades de aprendizagem.” No fundo, explicita, constatamos uma “sobrevalorização dos resultados em detrimento dos processos, quando é recomendável que a avaliação se centre nos processos por forma a que se atinjam os melhores resultados”.

O também professor no Departamento de Psicologia da Educação do Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Instituto Universitário, alertou os congressistas para uma espécie de “deriva” (termo usado pelos ingleses) que decorre de uma “obsessão com a medida no sentido de se saber se valorizamos o que medimos ou se medimos o que valorizamos, e facilmente se chega aos conhecidos e controversos rankings”.

É neste contexto que, na sua palestra, o Professor José Morgado se insurge contra “a cultura instalada da examocracia” que faz emergir exames a mais no sistema educativo, de que é exemplo o exame final do 4.º ano, no I Ciclo. Face a esta realidade, o investigador considera que se está a promover “políticas educativas que estão a criar a exclusão”, totalmente opostas ao princípio da inclusão, que é dos princi-



pais pilares da Declaração de Salamanca, criando-se “filtros” para que o sistema se reorganize de modo a abrir-se aos alunos com melhores resultados escolares. Deste modo, “os alunos que não cabem nos exames porque não têm jeito para a escola, são encaminhados para o chamado Ensino Dual, criando-se, assim, uma formação de segunda”. Toda esta questão arruma-se, salienta o professor do IS-PA, “em nome da retórica escolar”. O também autor de diversas publicações na área da educação inclusiva tocou a plateia de congressistas quando fez o aviso à navegação: “Corremos o risco de criar dispositivos de exclusão, ou seja, crianças canalizadas outra vez para Instituições de Educação Especial, porque

não cabem no ensino regular onde se encontravam.”

Contra o discurso demagógico da inclusão, que na prática caminha para a exclusão, o Professor José Morgado pugna por uma “educação formada em princípios de natureza inclusiva, que tenha por destinatários todos os alunos e que ofereça a melhor qualidade possível”. A resposta aos atuais desafios da educação em Portugal decorre das principais exigências dos sistemas globais de educação: inclusão e qualidade.

Além de diagnosticar as falhas do sistema educativo que não favorece a inclusão, José Morgado enumerou uma série de tópicos que preconiza como “relevantes” para alterar o atual panorama. A saber: polí-

ticas educativas e sociais promotoras de inclusão; educação apropriada ao conjunto das dificuldades de cada criança, o que exige o estabelecimento de modelos de avaliação competentes e compreensivos; recursos humanos suficientes, competentes e disponibilidade de espaços, equipamentos e materiais adequados; regulação da intervenção educativa implicando estruturas de acompanhamento e supervisão; cooperação entre todos os agentes envolvidos na prestação de serviços educativos; diferenciação nos serviços educativos prestados, bem como nos procedimentos da ação educativa, e envolvimento e participação das famílias e encarregados de educação em todo o processo educativo.”

No âmbito da avaliação, José Morgado procurou também alertar para o facto de se privilegiar uma avaliação generalizada a todos os alunos, quando se sabe que os diagnósticos são progressivos, individuais e contextualizados. “Nós grelhámos os miúdos”, o que significa que se adotam grelhas tipificadas, encaixando todos na mesma grelha, sem ajustar às especificidades de cada um.

Por fim, na relação Escola - Família, o professor José Morgado defendeu a necessidade de ajustar este binómio, invertendo-se a tendência de só chamar à escola os pais quando é para entregar as avaliações dos filhos ou alertar para as falhas, defendendo os contactos para também elogiar a conduta dos alunos junto dos encarregados de educação.

## Luzes e sombras na Inclusão Educativa - em torno da Declaração de Salamanca

O painel temático sobre a reflexão em torno das duas décadas volvidas da Declaração de Salamanca, moderado por Cristina Gonçalves, contou também com o contributo da docente especializada da EB1/PE da Achada, Maria José Camacho, com larga experiência no domínio da Educação Especial.

A, também, ex-Diretora Regional de Educação Especial centrou a sua palestra em quatro dimensões: “Luzes, sombras, raízes e asas”. Na primeira dimensão, a docente destacou o termo “contemporâneos” da Declaração de Salamanca, subscrita por 95 países e que mobilizou 25 organizações, na década de 90, a proclamar a urgência de uma escola para todos, incluindo, naturalmente, os alunos com Necessidades Educativas Especiais. “Mediadores”, outra das luzes

indicadas por Maria José Camacho, justamente porque os professores foram intermediários entre os ideais de Salamanca e as políticas no terreno, com a criação de grupos de trabalho. “Obreiros”, também, de projetos de inclusão, bem como “carismáticos” na forma como abraçaram o princípio da inclusão, no estabelecimento de práticas e elos de ligação. A este propósito, foi destacada a figura do já falecido Diretor Regional de Educação Especial, Eleutério de Aguiar, pelo seu papel relevante e pioneiro nesta área.

“Testemunhos” foi também a designação dada por Maria José Camacho a outra das luzes pós-Salamanca, assente na descentralização regional dos serviços, tendo sido criada na Madeira uma rede de Centros de Apoio Psicopedagógico, a

funcionar a nível concelhio. Além disso, lançaram-se vários projetos difusores de uma cultura inclusiva.

### Sombras e raízes

Maria José Camacho, também assistente convidada da Universidade da Madeira, afirmou, no entanto, que nem tudo são luzes, pelo que enumerou as “sombras” do sistema. Assim, indicou as políticas incongruentes, porque representam um retrocesso dos princípios da Declaração de Salamanca, com a opção por modelos errados, esvaziados de planificação. Outra sombra prende-se com uma legislação contraditória porque faz tábua rasa de todos os pareceres e estudos pós-Salamanca. Além disso, aponta como outra sombra “a formação desvirtuada da realidade, não pro-



porcionando a experiência no terreno”.

No que diz respeito aos recursos, a sombra traduz-se na escassez dos mesmos, sendo notória a dificuldade em garantir meios humanos e materiais que são essenciais para diversificar e contextualizar as práticas pedagógicas e as lideranças eficazes. “Vamos tendo recursos humanos reféns, com uma subserviência a outras cátedras bem distantes da realidade, o que também faz com que os docentes tenham medo de intervir de forma crítica”. Verifica-se, então, que os docentes estão marcados por uma espécie de “bitola dos rankings em

nome da meritocracia”.

Maria José Camacho concluiu a sua intervenção não se ficando pelas sombras, mas afirmando que há raízes para ir buscar a seiva essencial para atuar em nome da inclusão escolar, nomeadamente as recomendações da Declaração de Salamanca, o conhecimento, a experiência, a colaboração e a reflexão.

Abordando, ainda, o que considerou ser a dimensão “asas”, a docente frisou a importância de olhar com atenção para quem nos procura, sendo mesmo necessário reorientar esse olhar para poder chegar a todos, apesar das sombras.

# O Currículo em questão

As questões do currículo, pela voz da professora catedrática Carlinda Leite, marcaram a agenda do debate da XI reunião magna do SPM. Adelaide Ribeiro, moderadora desta mesa de trabalho, enquadrou a escolha das questões curriculares, salientando a urgência do seu debate, contra uma visão seletiva e reduzida do currículo que tende a ganhar força no discurso oficial e que não se compagina com a educação como um direito de todos e para todos, em nome da inclusão.



## “Não” ao currículo neutro. “Sim” ao professor como “configurador do currículo”

Carlinda Leite, Professora Catedrática da Universidade do Porto, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, foi uma das preletoras convidadas, tendo abordado “o currículo e as identidades profissionais”. Um mote para efetuar uma retrospectiva histórica das várias concepções do currículo e centrar a sua intervenção no “currículo escolar, enquanto um dos elementos fundamentais à concretização de uma educação democrática, fundada em princípios de equidade e promotora da justiça social”.

### IDENTIDADE PROFISSIONAL

Sendo ainda mais concreta, a também avaliadora da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), explicou que “um currículo construído a partir de ideologias de seleção implica práticas curriculares completamente distintas de um outro que se apoie em princípios de inclusão e que os tenha como metas”. Daqui resultam “concepções distintas dos papéis atribuídos aos professores e, por isso, também são

distintas as concepções de currículo e de políticas curriculares, e as condições que influenciam a construção de diferentes identidades profissionais.” A Professora Carlinda Leite, apesar de reconhecer que a conjuntura atual é difícil, convida a que os professores e as escolas não se deixem abater por este fatalismo, aliás em consonância com a opinião de outros oradores convidados. À resignação, a Professora Catedrática propõe que se “perspetive o debate orientado por e para a justiça social e, por outro lado, analisar o sistema

educativo português ao nível das condições de trabalho docente em que as identidades profissionais estão a ser (re)construídas.” Apesar das dificuldades, que são do conhecimento público, Carlinda Leite deu o seu testemunho nas considerações finais da sua palestra, como conhecedora que é do trabalho dos “colegas que valorizam a compreensão da educação escolar nas suas dimensões sociais e a obtenção de conhecimento sobre as especificidades dos alunos e dos contextos onde é exercida a profissão.”

### SOCIALIZAÇÃO DE PROFESSORES

Esta investigadora enalteceu, ainda, o trabalho de “colegas que valorizam as situações de socialização dos professores com um contínuo questionamento”. Por fim, a também autora de inúmeras publicações sobre formação dos professores e políticas curriculares, congratula-se com o facto de “ver colegas com um exercício profissional fundado na lógica de um professor configurador do currículo e não de mero técnico reproduzidor do currículo instituído.” A moderadora deste painel, Adelaide Ribeiro, lançou também para reflexão dos congressistas, na sequência da denúncia da falsa neutralidade do currículo, feita por Carlinda Leite, uma questão pertinente: “Que identidades de alunos se pretendem criar com a seleção dos conteúdos?”

### SELEÇÃO DO CURRÍCULO NÃO É NEUTRA

O currículo e as suas implicações entraram na agenda do debate educativo nacional. Indo contra a corrente de visões passadistas e desfasadas da realidade concreta das escolas e do ensino, a Professora Carlinda Leite procurou reafirmar o princípio de que “o conhecimento não é neutro, assim como não é neutra a forma como esse conhecimento é selecionado e o modo como é distribuído aos diferentes grupos de alunos.”



# O Currículo em questão, em escolas apressadas com **mais conteúdos e mais metas...**



**O Professor José Carlos Morgado brindou os congressistas com uma intervenção focada nas “mudanças curriculares contemporâneas” e o papel reservado aos professores.**

O Professor do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Doutorando em Educação, abriu o debate com a constatação do “mundo fustigado pela vertigem da mudança, cujos efeitos se têm feito sentir de diversas formas, quer a nível individual quer coletivo.” Citando um excerto de Hargreaves e Fink, José Carlos Morgado traçou um quadro atual de mudança acelerada, no panorama mundial, com estes contornos: “Vivemos em países com escolas apressadas. As grandes finalidades são transformadas em metas a curto prazo (...) Na idade da informação instantânea, os pais querem desesperadamente acreditar que as suas escolas podem apresentar resultados imediatos e que o conseguirão. Os políticos das escolas mostram-se demasiado empenhados em alimentar as suas ilusões, baseadas em inquéritos de opinião. Consequentemente, o currículo é abarrotado com mais conteúdos, fazem-se mais testes”, os conteúdos são transmitidos a grupos de alunos cada vez mais novos, dedica-se mais tempo aos aspetos básicos que serão testados, os profes-

res dispensam menos tempo a responder às questões dos alunos, ou seja, as perguntas e a curiosidade começam a evaporar-se. O resultado de toda esta atividade frenética é o que David Elkind designa de “criança apressada.”

Tendo por base a citação de Hargreaves e Fink, deixou uma “provação de partida”: “Não é esta a situação que se vive hoje nas nossas escolas? Não estaremos a ser cúmplices, ainda que involuntariamente, da valorização de aprendizagens menores e por isso mais efêmeras?”

#### **ESCOLA PÚBLICA ESCRUTINADA**

Em termos educativos, o também vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, lamentou que se assista hoje a “um intenso escrutínio da escola pública, motivado pela tentativa de obter resultados imediatos, compaginados a exigências sociais e económicas mais amplas e pelo ímpeto reformista de certos decisores políticos, que procuram adequar os sistemas educativos a padrões predefinidos de desempenho e a imperativos pró-



prios dos mercados competitivos.”

Denunciando aquilo que considera estar no horizonte “uma empresarialização do conhecimento”, o Professor do Minho centrou a análise da situação especificamente portuguesa, também ela dominada pelas lógicas economicistas de mercado, o que concorre para o estreitamento do currículo.

José Carlos Morgado terminou a sua intervenção defendendo a necessidade de “encontrar caminhos que invertam a situação atual e permitam aos professores recuperarem o protagonismo que por direito próprio lhes pertence, uma vez que, como agentes efetivos de mudança, deles depende em grande parte o sucesso dos estudantes e a sua realização como pessoas.”

WORKSHOP TEMÁTICO PARA APOSENTADOS

# 11.º Congresso do SPM chama aposentados ao debate em nome de uma cidadania esclarecida



**Nuno Serra, investigador no Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, mobilizou uma sala repleta de professores aposentados**



O segundo dia de trabalhos do 11.º Congresso do SPM começou, em paralelo, com um workshop temático relativo ao “papel dos professores aposentados na sociedade”, uma iniciativa que mobilizou algumas dezenas de profissionais que quiseram, com a sua experiência e conhecimentos, contribuir para o debate, respondendo assim ao repto lançado pela estrutura sindical.

O Dr. Nuno Serra, doutorando em Economia, na FEUC, e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foi o orador convidado, tendo partilhado as suas inquietações sobre os olhares que recaem nos docentes que já se retiraram da vida ativa, mas que têm um capital humano rico em conhecimento que urge

valorizar e partilhar. “Estamos perante um capital valioso para o país, é um capital essencialmente de conhecimento que urge dignificar”, sobretudo numa época em que se “propagaram falsas ideias sobre a escola pública.” Em contraponto, é o momento ideal de contrabuir e reafirmar “uma cidadania esclarecida”, frisou Nuno Serra, em que os professores aposentados são claramente uma mais-valia para o sistema educativo atual.

O Dr. Nuno Serra fez questão de contrariar o fosso que foi politicamente criado no nosso país entre jovens e mais velhos, inculcando a ideia de que os professores aposentados são uma sobrecarga para o sistema e que oneram a máquina financeira do Estado. Uma visão que em nada contribuiu para o diálogo gera-

cional salutar que é essencial estabelecer no sistema educativo nacional, no palco privilegiado que são as escolas.

(Foto P.9.2)

Por outro lado, docentes ainda com um capital de conhecimento muito válido, face a este contexto oficial ofensivo aos professores, viram-se forçados a abandonar precocemente o sistema, num clima de evidente desilusão e mágoa, perdendo-se cada vez mais a importante partilha de experiências e conhecimentos que estes profissionais acumularam ao longo de uma carreira.

Por tudo isto, e com o sentido do dever cumprido, os professores aposentados com consciência crítica devem sempre procurar dar o seu contributo na construção de uma escola democrática e em nome de uma cidadania ativa, sublinhou o Dr. Nuno Serra.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

# Direitos humanos ofuscados pela sociedade de consumo - educação do “trabalhador.com”

**N**esta sociedade de consumo, o que tem prevalecido é que os cidadãos sejam entendidos como clientes e consumidores, o que conduz a uma ideologia dos direitos do consumismo que afeta também outras ideologias. O alerta foi feito na conferência de encerramento do XI Congresso do SPM, pela voz de Carlos Estêvão, Professor Catedrático Aposentado do Instituto da Educação da Universidade do Minho, sob o tema “Escola para os Direitos e Formação de Educadores.”

Os conceitos de inclusão e coesão social não têm sentido ou, então, têm uma valorização colateral, reiterou o Professor Carlos Estêvão. Logo, qual tem sido o papel da formação? “Muita da formação que é dada funciona como uma espécie de parque de estacionamento: enquanto as pessoas lá estão ficam entretidas, talvez com coisa nenhuma. Ou, então, a formação, na lógica da sociedade do conhecimento, pode ser uma oportunidade para eu recheiar a minha carteira de competências para ser mais competitivo, empregável, portátil, em suma, para cumprir com a exigência tenebrosa da tão falada qualidade. Um bom professor é aquele que não chateia o sistema, “zero chateação”, como referem os brasileiros.

Os direitos emancipados continuarão, assim, ofuscados pelos pontos reguladores da economia de mercado.

## “TRABALHADOR.COM”

Qual a educação que prevalece hoje? O Professor Estêvão volta a pôr o dedo na ferida: “É a educação contável, pela via das competências, em que cada um de nós se renova constantemente para ser um bom trabalhador.com, aquela que nos transforma em eternos aprendentes”. Este conceito tem que ver com a aprendizagem ao longo da vida, uma linha de força da União Europeia, para se tornar no espaço mais competitivo do mundo. Pouco importa ser cidadão, o que prevalece é ser aprendente. “Eu estou

**Carlos Estêvão, Professor Catedrático Aposentado, do Instituto da Educação da Universidade do Minho, põe o dedo na ferida: esta sociedade de consumo não respeita os conceitos de inclusão e de valorização social.**



fardo de ser aprendente e tenho o direito de recusar esta aprendizagem que me querem incutir, sobretudo tendo em conta que esta é uma ideologia que tem por detrás preocupações mercantilistas, sobretudo da União Europeia. Eu não entro nesse jogo.”

Por conseguinte, “a educação que mais interessa é a de nos tornarmos, pelas competências, muito mais portáteis e vendáveis. Eu posso caracterizar-me, por exemplo, por ter “um corpo Danone” ou então um “sorriso Lacoste...”

A meritocracia é a ideologia dominante, aquela que rejeita os desajustados do sistema e “queima estes resíduos” de uma forma criteriosa e limpa: quem não aprende, é posto de parte, salien-

do este investigador e formador. Esta linguagem metafórica, adotada pelo orador, é chocante mas necessária nos tempos atuais.

O também Leitor da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade - ECB, Brasília, insurgiu-se contra uma sociedade que vem descartando o papel dos professores aposentados, pugnando por “uma educação que luta contra a vida líquida que obedece à regra universal de descartar as pessoas como se tivessem prazo de validade”.

Carlos Estêvão alude às mudanças que têm assolado a escola, tendo esta perdido o monopólio da cultura. “Numa sociedade de comunicação de massas, os alunos podem abrir-se ao mundo sem passarem pela escola, tor-

nando-se a escola, em alguns aspetos, irrelevante. A escola dessacralizou-se e há mesmo quem diga que a escola educa hoje meios alunos ou educa alunos pela metade”.

Se quisermos transformar a escola numa escola de direitos, tem de ser “uma escola virada para a sabedoria e não avivar o ódio à aprendizagem; uma escola que estimula a ver o outro como ser humano e não como rival. A sociedade meritocrática atual vê o outro como rival e não entende os seus contextos e processos sociais”. Temos, por isso, de assumir os valores que queremos transmitir, ou então, pelo contrário, seremos escolhidos pelos valores de quem tem força para os transmitir. “Uma escola demo-

crática deve ser também rigorosa do ponto de vista ético”.

A escola que este Professor Catedrático reivindica é, em suma, “a escola dos direitos, a escola da rebelião contra a fatalidade e a escola dos lugares comuns. Mas, é uma escola que não deve aceitar uma qualidade corrompida, que sobrepõe os aspetos académicos, a instrução, à educação integral da Pessoa do Aluno”.

Por fim, o Professor Estêvão realçou uma escola que valoriza os aspetos de fidelidade e de amizade aos outros, que nos ensina a conviver com a ética da crítica, associada à ética da justiça.

Quando vivemos sob o signo do medo a escola não é democrática e teremos de combater esse medo nas relações de poder.



SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

# Nogueira critica política tóxica do Ministro Crato

**A sessão solene de encerramento do 11º Congresso do SPM foi presidida por Sua Excia. o Representante da República para a RAM, e contou com a presença do Secretário-Geral da FENPROF.**

O Secretário-Geral, Mário Nogueira, considera que falar do SPM é estar “perante o maior sindicato da Madeira” e congratulou-se com “a participação ativa da classe neste Congresso”.

Analisando a conjuntura atual adversa, Mário Nogueira salientou, no entanto, “as conquistas do movimento sindical, evitando mais medidas gravosas para a classe docente, o que deve animar e dar confiança para travar o nada inocente processo de municipalização que o governo quer implementar no Continente”.

O dirigente nacional deixou bem claro que tudo fará para impedir a lógica oficial da privatização da educação, do cheque em branco do ensino e de outros ataques no terreno e na forja contra a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Não há quem não reconheça a necessidade de mudanças profundas, assume Nogueira.

Mas, esclareceu, “que não há é consenso sobre o rumo a seguir”, conforme prova o modelo de uma escola afunilada, adotado pelo Ministério da Educação.

Mas o Secretário-Geral lembrou que “não basta o combate, falta a proposta”. Neste domínio, o SPM e a FENPROF têm propostas e mostraram-no neste Congresso. O problema surge quando se apela à participação da classe e se ignora esses contributos, constatando-se que o apelo ministerial é retórico. Dando o exemplo das alterações curriculares, Mário Nogueira reconheceu até que o Ministério da Educação abriu um período de debate e apresentação de sugestões, recebeu mais de duas mil propostas, mas fez delas tábua rasa.

Mário Nogueira procurou também precisar a dimensão da intervenção sindical num conceito mais amplo. “Enganam-se aqueles que tentam arrear a FENPROF do debate das propostas para a educação, pois temos uma visão ampla do sindicalismo, que não se resume à discussão de tabelas salariais, mas a uma representação assumida e completa dos professores e das suas aspirações. Queremos que o nosso espaço de intervenção seja a escola, não fazemos do sindicalismo trampolim para o poder, ministérios e secretarias regionais e nunca iremos desiludir os professores. É por isso que o movimento sindical é tão atacado, como por exemplo, com a ideia feita de que os sindicatos nunca estão disponíveis para negociar ou dialogar. Tenta-se sim desvalorizar o princípio da negociação que, muitas vezes, assume a forma de simulacro”.



Mário Nogueira lembrou as vozes dos críticos quando profetizavam que o sindicalismo não resistiria ao virar do milénio. Ora, para além de ter resistido, está ativo porque os professores reagiram quando viram as suas condições de trabalho degradadas, os salários diminuídos, os números do desemprego a subir para níveis históricos, os cortes orçamentais das escolas, entre outras medidas hostis.

(Fotografia p.11.2)

O dirigente sindical nacional procurou dar exemplos concretos: “A política do corte, expressa na saída de cerca de 30 mil docentes das esco-

também, aí, o ataque ao ensino superior e à ciência através de cortes orçamentais, ataques à escola inclusiva com quadros legais que não tardarão a ser quadros de exclusão, enfim, “um ataque ao Estado Social que é um verdadeiro ajuste de contas com o Portugal de Abril. As práticas do Ministério da Educação são cada vez mais antidemocráticas”.

A propósito de uma política oficial dominante marcada pelo fingimento e mentira, Mário Nogueira recordou as palavras de Alberto João Jardim, quando a sede do SPM foi inaugurada, tendo o presidente do GR prometido que o modelo de avaliação do desempenho não se iria aplicar na Madeira porque confiava nos professores. “Afinal foi só para ganhar eleições no dia seguinte porque os congressistas bem têm criticado este modelo também implementado na Madeira”.

É um estilo de governação com fingimento e dissimulação, que ultrapassou todos os limites razoáveis, pelo que Mário Nogueira considerou que a saída do Ministro da Educação já deveria ter acontecido, considerando mesmo que, a continuar a atual política, “estamos perante uma espécie de legiãoella que ataca a escola pública de qualidade, uma espécie de produto tóxico”.

Mas, Mário Nogueira terminou com uma palavra de confiança aos sócios do SPM, da FENPROF, e aos professores no ativo e aposentados, “confiança para dar a volta aos problemas que se nos colocam, de forma que os professores continuem a ser obreiros de um futuro melhor”.

# Sofia Canha faz o alerta vermelho à sociedade

**O desinvestimento contínuo do Estado na rede pública de estabelecimentos de educação e ensino terá consequências catastróficas, e põe em causa a escola pública como pilar fundamental do Estado Social**



A coordenadora do SPM, Sofia Canha, aproveitou a sessão de encerramento do XI Congresso do SPM para expressar a gratidão a todos os participantes nesta Reunião Magna, nomeadamente aos investigadores académicos cujos contributos em muito valorizaram os painéis apresentados.

A escolha do lema do Congresso - "Educação: um direito humano" - é reveladora de como o SPM concebe a Educação como um dos pilares do compromisso ético e político das sociedades contemporâneas. No entanto, Sofia Canha apelou a uma reflexão, "com sentido de urgência, sobre o papel dos educadores enquanto agentes de mudança". Considerando a atual situação do país e as medidas ofensivas dos direitos dos professores e dos alunos, Sofia Canha frisou que "os designios da escola pública estão comprometidos por medidas financeiras,

numa lógica economicista, que está a pôr em risco a escola pública e deve colocar toda a sociedade em alerta vermelho".

O debate promovido pelo Congresso do SPM "foi plural graças à riqueza das comunicações, contributos fundamentais para melhor formular a nossa estratégia de intervenção sindical. As lutas que vêm aí são muitas, nomeadamente a rejeição da Tabela Remuneratória Única, uma avaliação de desempenho dos professores que pode causar instabilidade nas escolas e outras questões inerentes à carreira



que merecerão o nosso empenho".

Sofia Canha destacou também os contributos deixados pelo Professor Catedrático Aposentado, Carlos Estêvão, sobre os direitos e formação de educadores", nomeadamente a crítica que fez a uma visão mercantilista da sociedade, encarando os cidadãos mais como consumidores do que como pessoas. Sofia Canha enalteceu a sua visão humanista dos direitos e da educação, nomeadamente a urgência de promover lógicas de partilha, lealdade e de ética profissional nas escolas.

## Representante da República crítico "Estado contribui para a erosão dos professores"

O representante da República na Madeira esteve presente na sessão de encerramento do 11º Congresso do SPM e reconheceu que os tempos atuais em que se move o professor "são efetivamente ingratos", embora não se cinjam apenas a Portugal. No entanto, Irineu Barreto recorreu aos teóricos da educação, nomeadamente a Steiner e sobretudo a Fernando Salvater, quando afirmou que "o nível de desenvolvimento de uma sociedade se afere pelo tratamento que esta dá aos professores".

O Representante da República partilhou, ainda, com os congressistas professores o facto de a sua mulher também ser professora, pelo que conhece bem o trabalho destes profissionais, que "não se circunscreve à sala de aula, mas prolonga-se, muitas vezes, em casa." Esta circunstância fez com

que Irineu Barreto traçasse o seu diagnóstico de alguns dos problemas que afetam o setor e que resultam de "uma crise da escola e dos bloqueios existentes à carreira docente". Neste domínio, não poupou o Estado de críticas.

A crise da escola, admite o Representante, "tem minado a imagem do professor". A sua imagem depende do reconhecimento do seu trabalho pelas famílias e pelo Estado. "Ora, se o Estado contribui para a erosão dos professores", é de esperar que também estes se ressentam deste facto na sua credibilização social. Irineu Barreto foi mais longe e acrescentou: "Há que questionar se os professores não vêm sendo abandonados pelo Estado e pela sociedade."

Nesta sessão de encerramento do 11º Congresso do SPM, o Representante da República na Madeira também traçou aquela que é a sua visão do currículo: "O



professor não é um mero transmissor de conhecimentos ou conteúdos, mas o formador de mentes criativas".

Na sua intervenção, as preocupações de Irineu Barreto em relação aos professores foram também extensíveis à situação dos juizes cuja atuação depende também do reconhecimento dos cidadãos. "Sem juizes não há direito de acesso à justiça, sem professores não há direito de acesso à educação". Logo, há que credibilizar ambas estas funções, pelo que é fundamental que ambas as classes sejam respeitadas e dignificadas por toda a comunidade.

Por fim, salientou Irineu Barreto, "a educação é o momento da afirmação da dignidade humana. Frequentemente esquecemos que o ensino não tem um objetivo único ou unívoco, possibilita também o exercício da cidadania, a consciência prática quotidiana, visa o saber mas é funda-

mentalmente para o ser. Não é um mero veicular de conhecimentos, como afirma Salvater. É assim que recorro os meus professores, aqueles que me ajudaram a juntar as letras e números na primária, que, no liceu Jaime Moniz, me abriram os caminhos da vida e, em Coimbra, os caminhos do Direito. Estes professores permanecem vivos e saudosos na minha memória."

Foi neste contexto que Irineu Barreto deixou "uma pública homenagem aos professores da Madeira e Porto Santo". Deixou ainda "uma palavra de apreço à Educação Especial", nomeadamente pelo início, há 50 anos, de uma luta pela inclusão da diferença".

Irineu Barreto deu por encerrada a sua intervenção citando Malala, vencedora do Prémio Nobel da Paz: "Um aluno, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo".

# Apresentação do livro de Mário Nogueira: **O Futuro da Escola Pública**



O primeiro dia de trabalhos do XI Congresso do SPM encerrou com o lançamento do livro "O Futuro da Escola Pública", da autoria do Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira. A apresentação da obra, na sede do Sindicato, foi confiada ao seu amigo pessoal, Paulo Cafôfo, também presidente da Câmara Municipal do Funchal, que se associou a esta edição com fins solidários, já que as receitas serão canalizadas para a construção de escolas na Faixa de Gaza.



# “Ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica”

Na saudação dos representantes dos sindicatos da FENPROF foi comum o apelo à luta contínua do professor contra o ataque à classe.



Manuela Mendonça, Coordenadora do SPN



Francisco Almeida, dirigente do SPRC



Branca Gaspar, dirigente do SPGL



Manuel Nobre, presidente do SPZS



António Lucas, presidente do SPRA

# A palavra interventiva dos Delegados ao Congresso

A conjuntura recessiva e os consequentes ataques à escola pública têm vindo a marcar o debate do 11º Congresso do SPM. Nenhum dos delegados é indiferente ao desinvestimento na educação, mas também é notório o empenhamento dos professores em não cruzar os braços e lutar para inverter aquele que é dos maiores retrocessos às conquistas de Abril. A situação de crise não parece ser uma fatalidade, mas o combate certo e empenhado da classe na inversão desta conjuntura, tendo como principal dinamizador o movimento sindical.



António Pereira



Dalila Jarimba



Francisco Oliveira



Fatima Diogo



Helena Borges



João Manuel Moreira



Virgílio Freitas



Adília Andrade



Lucinda Barreira

Funchal | Auditório da Sede SPM  
21 e 22 de novembro 2014

# 11.º CONGRESSO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

“Educação:  
um direito humano”

A SEGURADORA AÇOREANA PARTICIPOU NO XI CONGRESSO  
DO SPM COM A OFERTA DE CINCO TABLETS AOS DELEGADOS.

